



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

ESPAÇO URBANO E LUTA DE CLASSES: OS REBATIMENTOS DAS DESIGUALDADES DA CIDADE CAPITALISTA PARA A CLASSE TRABALHADORA

DEIVI FERREIRA DA SILVA MATOS¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo, discutir como se processam a dinâmica das relações sociais dentro do espaço urbano no modo de produção capitalista vigente, e os rebatimentos que a dicotomia capital/trabalho reflete nesses espaços. Sendo assim realizamos todo um resgate histórico-social de como se constituiu a violência praticada por parte do Estado para construir o modelo de cidade burguesa atual. O foco é demonstrar que o modelo de cidade capitalista é um campo vasto de lutas sociais entre a burguesia e o proletariado, e que estas lutas têm fortes rebatimentos sobre um público específico que são os jovens negros.

Palavras-chave: Violência; Estado; Espaço-Urbano; capitalismo.

Abstract: This article aims to discuss how the dynamics of social relations within urban space in the current capitalist mode of production are processed, and refutations that the capital/labor dichotomy reflects in these spaces. Thus, we carry out a historical and social recovery of how the violence practiced by the State was constituted to build the model of the current bourgeois city. The focus is to demonstrate that the capitalist city model is a vast field of social struggles between the bourgeoisie and the proletariat, and that these struggles have strong rebuttals about a specific audience that are the young blacks.

Keywords: Violence; State; Space-age; Capitalism.

1) INTRODUÇÃO

Diariamente na Cidade do Rio de Janeiro observamos a presença cada vez mais intensa das forças militares do Estado dentro dos bairros periféricos, mantendo um estado de guerra ininterrupto, no qual ora morrem policiais, ora morrem moradores considerados “suspeitos” ou supostos traficantes. Essa presença se dá de forma permanente onde as abordagens policiais são constantemente criticadas por violarem direitos fundamentais dos sujeitos moradores desses espaços.

Para analisarmos o fenômeno da violência estatal nas favelas e bairros populares na capital fluminense é necessário abordarmos os elementos

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <s.david_mattos@hotmail.com>

estruturais que o conformam. O Modo de Produção Capitalista se caracteriza pela divisão da sociedade em duas grandes classes. A burguesia é a minoria que detém a propriedade privada dos meios de produção e o proletariado se caracteriza por ser a grande massa dominada que só tem como único meio de sobrevivência vender sua força de trabalho.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro. (MARX e ENGELS, 2010 p. 46)

Observamos desta forma que desde a sua origem o Capitalismo no período denominado por Marx como “A acumulação primitiva”, as relações sociais se estruturaram sobre a violência como mecanismo de imposição das formas sociais burguesas. O processo de formação do proletariado urbano industrial foi pautado pela resistência à expropriação massiva das terras comunais através da afirmação da propriedade privada moderna. Podemos notar esta característica sobretudo através das legislações implementadas pelo governo Inglês aplicadas como contrapartida do embrionário Estado Moderno durante o período de transição entre o fim da Idade Média e a Revolução Industrial. Nesse sentido, podemos afirmar o caráter estrutural e estruturante da violência, pois “(...) Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, [1867] 2013, p.821).

Fazem parte desse diapasão as Leis de trabalho empregadas pelo Estado, tais como o Estatuto dos Trabalhadores, Lei dos Pobres, leis de "anti-vadiagem", dentre outras, essas legislações configuram o que segundo Castel (apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.48) "estabeleceria um 'código coercitivo do trabalho' o qual o seu caráter é punitivo, repressivo e não protetor". O objetivo de tais legislações era estabelecer que o trabalhador expropriado do campo tivesse apenas como única opção vender sua força de trabalho para sobreviver. As Leis implementadas deram legitimidade à extensa expropriação das terras camponesas, potencializando o êxodo rural. Tais leis foram adotadas entre os séculos XV e o século XIX na Europa.

Uma legislação (logo qualificada como "sanguinária"), foi acionada para castigar aqueles que resistissem ao esbulho. Ao cabo de algumas décadas, o resultado desse processo bárbaro foi, de um lado, a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e, de outro, o deslocamento, para as cidades, de uma enorme massa de

homens desprovida de tudo à exceção da sua força de trabalho - precisamente aqueles contingentes que, livres da servidão e ao mesmo tempo sem dispor de nada, podiam migrar de um lugar a outro oferecendo-se para trabalhar (BRAZ E NETO, 2012, p.100).

2) O CAPITALISMO E O ESPAÇO URBANO

A classe trabalhadora desde o início do Capitalismo, até os dias atuais, percorre as cidades a procura de postos de trabalho para que desta forma, consiga promover tanto o seu sustento como o dos seus familiares. A nova configuração do espaço urbano dentro da sociabilidade burguesa irá conter uma série de particularidades que serão permanentes durante o capitalismo, tais como: o aumento exponencial daquilo que Marx (apud Braz e Netto, 2012) denominou como superpopulação relativa². Além desses fatores surge o crescimento exponencial do banditismo, dos desabrigados e das pessoas desempregadas, que não conseguiam se alocar nos novos espaços de produção de mercadorias.

Segundo Oliveira (2013, p. 8), toda esta violência, "foi amplamente patrocinada pelo Aparelho de Estado", para dar resposta a esse grande contingente populacional que se lançava nas cidades em busca da sua reprodução social no contexto da ordem capitalista. De maneira a dar solução a esta problemática social o Estado implementou práticas punitivo-disciplinadoras através do confinamento e do trabalho forçado.

Um dos capítulos mais emblemáticos desse processo foi a criação de instituições que tinham como objetivo punir a mendicância e o banditismo através do confinamento e do trabalho forçado. As 'workhouses' na Inglaterra, a 'Rasp-huis' na Holanda ou os 'Hopital' na França são exemplos destas instituições que materializavam a estratégia punitivo-disciplinadora-assistencial que o Estado Moderno passou a lançar mão para lidar com a concentração populacional e a pobreza nas cidades. É interessante observarmos que o trabalho forçado imposto aos indivíduos que se encontravam confinados, invariavelmente, estava associado ao estabelecimento de monopólios comerciais concedidos pelos Estados no contexto do Mercantilismo (OLIVEIRA, 2013 p.10).

² "Marx observou que a superpopulação relativa adquire formas variadas, sendo que três são principais: A flutuante, constituída pelos trabalhadores que nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados; a latente, que existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que surgindo a oportunidade acaba por migrar para as zonas industriais, e a superpopulação relativa estagnada, formada por trabalhadores que jamais conseguirão um emprego fixo e perambulam entre uma ocupação e outra. (MARX, apud BRAZ E NETTO, 2012 p. 147)

Vemos que é nesse momento que o Estado manifesta o seu caráter de classe, sendo executor permanente da vontade da classe dominante, a quem ele servirá durante e depois de toda a efetivação da nova sociedade mercantil. Para Marx: "O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo" (MARX apud OLIVEIRA, 2013, p.8).

O avanço e o desenvolvimento das relações mercantis exigiam novas rotas, abertura de novos mercados para venda de produtos, terras para retirada de diferentes matérias primas, mecanismos de transportes mais rápidos dentre outros. Esta nova característica do espaço urbano demandou da parte do Estado uma maior conexão entre as cidades, de maneira a favorecer e ampliar a circulação das mercadorias de forma mais efetiva e integralizada, ou seja, uma série de instrumentos que pudessem potencializar as trocas mercadológicas.

Mesmo com todas as formas brutais de opressão que os trabalhadores camponeses sofriam por parte do Estado, para serem integrados a nova dinâmica que as relações sociais do trabalho se apresentavam. Houve um grande quantitativo de revoltas, uma grande massa de trabalhadores camponeses que se uniram de maneira a resistir a forma implacável com que o Estado atuava. Segundo Oliveira (2013):

Entre os séculos XIV e XVI foram registradas dezenas de rebeliões camponesas em toda a Europa. Elas se apresentaram enquanto desdobramentos da intensificação da exploração a que foram submetidos os servos a partir deste período e da gradual imposição da moderna relação de propriedade, ambas consequências da crescente penetração da lógica mercantil no processo de produção agrícola.

O capitalismo é composto por uma série de contradições, visto que ele, se retroalimenta de crises, pois quanto mais riqueza ele produz maior é a expansão da miséria em sua forma absoluta e relativa. Haja visto que com o desenvolvimento das forças produtivas sob a lógica capitalista, as indústrias tendem a substituir trabalho vivo, por trabalho morto, ou seja, homens por máquinas o que irá rebater diretamente no aumento da taxa de desemprego. Desta maneira assim como existem os trabalhadores que conseguem entrar no chão da fábrica para vender a sua força de trabalho, obtendo mesmo que minimamente os meios para se reproduzir socialmente, há também aqueles

que não conseguem se inserir neste meio e compõem o exército industrial de reserva³.

O desenvolvimento econômico do capital é responsável por formar classes que precisam ser controladas pelo Estado, especialmente a grande massa trabalhadora que não se insere diretamente na linha de produção, mulheres e homens, que tem suas possibilidades de adentrar no mercado de trabalho negada.

O conjunto das contradições sociais frutos da dicotomia Capital/Trabalho, ocorrem privilegiadamente no Espaço Urbano. Segundo Corrêa (1995), ele é caracterizado por possuir um amplo campo de lutas sociais e por ser fragmentado. Nele se processam diversas atividades que caracterizam cada fragmento pela ação que lhe é peculiar como bairros que possuem atividades comerciais, residenciais, industriais, serviços de gestão, áreas para turismo, etc. Contudo, apesar da diversidade de fragmentos com fins particulares a dinâmica da cidade capitalista reproduzirá no seio de seu espaço urbano as contradições sociais inerentes a este modo de produção. O que é qualificado por ser “fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes”. (CORRÊA, 1995, p.8)

Nesse sentido, ao constituir-se sobre uma égide desigual, o espaço urbano reflete diretamente as expressões da luta de classes. Portanto este será palco de greves, lutas por moradia digna, por saneamento básico entre outras pautas. Estas lutas sociais segundo Corrêa (1995), objetivam aquilo que Harvey (2014) afirma ser o direito à cidade.

A dinâmica de ocupação da cidade Capitalista para Corrêa (1995) se divide em dois tipos de urbanização. A primeira ele atribui o nome de urbanização de status, que são regiões onde a classe dominante ocupa. Geralmente são localizados próximos a pontos da natureza, tais como mar, montanhas e pontos turísticos. Um outro perfil desse tipo de urbanização é que nela, os serviços públicos ofertados pelo governo operam com qualidade e eficiência, exemplo: locais para lazer, prática de esporte, hospitais, escolas públicas e serviço de transporte público coletivo. Nesse ambiente a lógica

³ Categoria utilizada por Marx para definir a grande massa dos desempregados que não estão inseridos diretamente na linha de produção.

capitalista irá se perpetuar através da especulação imobiliária, que atuará em conjunto com uma série de mecanismos que irão potencializar o valor do preço da terra. Como exemplo deste fenômeno, temos as campanhas realizadas pela mídia, enaltecendo a qualidade de vida destes espaços.

Ao segundo tipo de ocupação que ocorre na cidade capitalista, Lobato (1995) atribui a categoria de urbanização popular, na qual os trabalhadores urbanos residem. O autor também qualifica este tipo de ocupação como urbanização "periférica". Esses espaços são marcados por estarem sujeitos a desastres naturais, possuírem uma quantidade maior de poluição, pois geralmente estão localizados próximos a zonas industriais. A qualidade dos serviços públicos ofertados pelo governo é precária e ineficiente para atender a população local. Para Davis,

por toda parte os pobres urbanos são forçados a habitar terrenos perigosos e nada apropriados para a construção – encostas muito íngremes, margens de rios e alagados. Do mesmo modo, instalam-se à sombra mortal de refinarias, indústrias químicas, depósitos de lixo tóxico ou à margem de ferrovias e autoestradas. Em consequência, a pobreza “construiu” um problema de desastre urbano de frequência e alcance sem precedentes (DAVIS, 2006, p. 202).

Estes "desastres urbanos", apontados por Davis: são elementos constitutivos que a sociedade dividida em classes estabelece, pois, o direito aos bens e consumo não ocorrem de forma igualitária para todos os cidadãos. E a moradia digna, por se tratar de um bem social, somente será obtida por aqueles que tem plenas condições financeiras para alugar ou adquirir um imóvel, este perfil não faz parte da maioria da população. Aqueles que não possuem condições financeiras para adquirir uma habitação digna, iram procurar outras formas de moradia tais como os cortiços, as favelas ou residências velhas que foram abandonadas.

Este ato de ocupar esses espaços sejam públicos, ou privados é caracterizado por Corrêa (1995) como uma forma de resistência em meia a tamanha exclusão social que o espaço urbano capitalista produz, essas pessoas agem como modeladores do espaço, produzindo seu próprio recinto. O autor supracitado refere que a ocupação deste espaço é uma estratégia de resistência e sobrevivência às privações que eles sofrem. Segundo Davis (2006, p.198) “os moradores de favelas constituem espantosos 78,2% da população urbana dos países menos desenvolvidos e o total de um terço da

população urbana global”. Um dado importante apontado por Davis (2006) é o fato de que no nosso planeta, possa ter mais de 250 mil favelas espalhadas por todo o globo. O que nos faz crer que a falta de moradia digna não é um fator isolado da sociedade brasileira, e sim um aspecto de toda a população mundial.

2.1) Capitalismo e Violência Urbana no Rio de Janeiro

O desenvolvimento do Capitalismo brasileiro sempre foi pautado pelas demandas econômicas do mercado internacional. As relações mercadológicas que se estabeleceram no Brasil ocorreram por meio da exploração massiva de matérias-primas e riquezas naturais, bem como da força de trabalho da população, de maneira a abastecer os países centrais. Desta forma originou-se no país uma relação de dependência econômica com o mercado internacional.

Uma vez que o foco era abastecer os países que já apresentavam um nível de industrialização avançado, o desenvolvimento industrial brasileiro não consegue romper com a dinâmica imperialista da qual de certa forma já estava inserido.

A base real sobre a qual se desenvolve, são os laços que ligam a economia latino- americana com a economia capitalista mundial. Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial, a produção latino- americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização (MARINI, 2005, p.16).

Desta maneira, o desenvolvimento do processo da industrialização brasileiro será conforme Marini (2005) caracterizada como sendo uma industrialização débil, pois foi uma industrialização tardia, que não favoreceu o aumento do mercado interno.

A industrialização latino-americana não cria, portanto como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (MARINI, 2005 p. 21)

Neste contexto, a inserção da força de trabalho, se dará na forma da superexploração do trabalho (MARINI, 2005) que é pautada em explorar ao máximo a força de trabalho operária, oferecendo condições de trabalho

precárias e com forte rebaixamento dos salários de modo a potencializar o aumento da taxa de mais-valia, inclusive ofertando salários que são ineficientes para o trabalhador reproduzir-se socialmente.

A demanda adicional de produtos supérfluos que cria o mercado exterior é necessariamente limitada, primeiro porque, quando o comércio se efetua entre nações que produzem esses bens, o avanço de uma nação implica no retrocesso de outra, o que suscita, por parte da última, mecanismos de defesa; e depois porque, no caso da troca com os países dependentes, essa demanda se restringe às classes altas, e se vê assim constrangida pela forte concentração de renda que implica a superexploração do trabalho. (MARINI, 2005 p.20)

Podemos fazer um recorte para os dias atuais da sociedade brasileira, comparando o valor do salário mínimo do trabalhador por exemplo: No ano de 2018 o Governo Federal sobre a égide do Presidente Interino Michel Temer, determinou que o valor do salário mínimo em nosso país deva corresponder a R\$ 954,00 enquanto que o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos cita que o valor do salário mínimo deveria corresponder o equivalente a R\$ 3.706,44⁴.

Com o fim da Era de Ouro (HOBSBAWN, 1995) período que ocorreu entre (1945-1970), instaura-se uma crise⁵ caracterizada por uma "recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas" (NETTO E BRAZ, 2012 p.226), difundem-se ideias neoliberais, focadas na culpabilidade do Estado pelo infortúnio da longa onda recessiva (MANDEL, 1982).

Para Anderson (1995), a ideologia neoliberal, configura-se como um ataque irrefreável contra toda e quaisquer intervenção do Estado na sociedade de mercado, projetando no Estado um estigma de que ele é uma ameaça letal a economia. Na implementação da agenda Neoliberal registra-se a adoção de legislações antissindiciais visando diminuir as pressões do proletariado por aumentos salariais, a desregulação estatal nas transações mercantis e o desmonte das políticas sociais universais, pois estas contribuía de forma negativa para o mercado, pois não aumentavam a poupança da população (NAVARRO apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

⁴ Fonte: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> acesso em: 18 de Março de 2018.

⁵ "As crises dentro do modo de produção capitalista, possuem um caráter ineliminável. A crise é constitutiva do Capital, não existiu, não existe e não existirá Capitalismo sem crise" (Netto e Braz, 2012 p. 170).

Neste contexto neoliberal, o Estado atua como garantidor dos interesses das classes dominantes, atuando na organização dos mecanismos de controle social com o objetivo de monitorar a superpopulação relativa, sobretudo a grande massa de desempregados pertencentes a ela. O aumento exacerbado do desemprego, na atualidade, está atrelado aos limites que a sociedade burguesa estabelece, esse caráter expressa que ela é uma sociedade que não permite que todos indivíduos pertencentes a ela sejam absorvidos na esfera do trabalho formalizado e regulamentado. Conforme afirma Netto (2011, p. 26) "no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem".

Com a implementação do projeto neoliberal no Brasil a partir dos anos 90 do século passado, aumentou-se o desemprego bem como o agudização das expressões da questão social⁶. No Brasil a partir desta década, temos um grande número de Estatais sendo vendidas a baixo custo para o capital internacional. A desnacionalização das empresas, impactou negativamente sobre a classe trabalhadora brasileira aliado a este fato, foi desenvolvida uma reforma constitucional que limitava a efetuação de uma série de direitos garantidos pela constituição federal de 1988.

Estas ações processadas durante este período segundo (SOUZA E OLIVEIRA, 2010), ocasionaram a intensificação do processo de mecanização da produção de mercadorias; originou grandes áreas de concentração da "miséria absoluta", sobretudo nas regiões metropolitanas do país, fenômeno que foi agravado devido à falta de acesso da população aos serviços públicos básicos; e por último a formação de uma grande massa de força de trabalho reserva vendida a baixo custo, originada pelo êxodo rural.

O que nos leva a crer que "o eixo da intervenção estatal no contexto neoliberal (..) é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios, e para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções" (NETTO, 2011, p. 25) que visam a garantia da manutenção da ordem burguesa. Tais vetores impactaram também de forma

⁶ "Por 'questão social', no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho" (Cerqueira Filho apud Netto, 2011 p.17)

concomitante no aumento exponencial da criminalidade e no fenômeno da criminalização dos pobres.

Temos assistido a expansão das atividades criminosas como estratégia de integração marginal à economia por parte de indivíduos e grupos que fazem parte dessa superpopulação relativa. Ao mesmo tempo há a ascensão de um processo ético-social de estigmatização desse segmento populacional. Estas, invariavelmente possuem características étnico-raciais específicas e, não por coincidência, são os típicos habitantes das comunidades populares (SOUZA; OLIVEIRA, 2011, p.122)

Como resultado desse processo, temos observado o crescimento do genocídio da população negra que é a que mais sofre com os rebatimentos das expressões da questão social. "Somente no período correspondente entre o ano de 2005 a 2015 foram mortos no Brasil cerca de 318 mil jovens negros" (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 25). O Estado realiza desta maneira como forma de dar resposta e tratamento às problemáticas da pobreza um tipo de combinação entre gestão social e gestão policial, a qual é focalizada em um público alvo específico, que em sua maioria são jovens negros moradores das periferias e favelas localizadas na cidade.

3) CONCLUSÃO

Podemos afirmar que desenvolve-se no Brasil aquilo que autores como Alberto Guimarães (1981) e Stephen Graham (2016) caracterizaram, respectivamente, como "as classes perigosas" e "população alvo". As duas categorias teóricas apontam para a existência de um segmento social suscetível às ações de violência estatal. De acordo com Graham (2016) são aqueles tipos como pessoas que podem apresentar um potencial risco para a sociedade, pedintes, sem-teto, vendedores de rua, negros, grevistas, estes se tornam cada vez mais descartáveis e agredidos.

Os locais aonde se concentram esse público alvo são estereotipados pelo Estado, pela grande mídia e pela classe dominante como locais perigosos, aonde se concentram a violência, as drogas, os chefes do crime organizado etc. No Rio de Janeiro esse estereótipo é atribuído às favelas e aos bairros periféricos da cidade. Em um espaço popular como o do Complexo da Maré, que concentra cerca de 16 favelas e ao todo contém cerca de 140 mil

moradores, durante as operações policiais que ocorreram durante o ano de 2017, houve o fechamento de postos de saúde por 45 dias e os fechamentos de escolas públicas por 35 dias ao longo do ano, o equivalente a uma perda de 17,5 % do ano letivo (REDES DA MARÉ, 2017).

Esses dados revelam algo bastante grave na garantia do direito à Educação das crianças e adolescentes da Maré, uma vez que, se mantida essa dinâmica de fechamento de escolas por conta de confrontos armados, ao final dos 14 anos do ciclo escolar da Educação Básica (Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio), os estudantes da Maré terão perdido 490 dias letivos, o que corresponde a, aproximadamente, dois anos e meio de escolarização (REDES DA MARÉ, 2017, p.8)

Segundo os dados da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro⁷, referente ao censo 2010, a renda média de um domicílio situado no Bairro da Lagoa, bairro localizado na zona sul do RJ era de R\$ 14.707,00 o que equivalia a soma de mais ou menos 29 salários mínimos. Em contrapartida, num bairro periférico da zona norte carioca como o bairro de Acari a renda mensal domiciliar, era de R\$ 1.141,00 o equivalente a pouco mais que dois salários mínimos na época. Com esses dados podemos observar como se estrutura e como se dá a lógica desigual que se reproduz sobre a cidade do Rio de Janeiro (BARROS, 2012).

Os jovens moradores destes espaços podem ter suas vidas interrompidas a qualquer momento, por exemplo: "De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra" (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 25). O que nos faz concluir que ainda temos um triste legado de violência praticado contra a população negra, que ainda precisa ser superado.

Desde 1980 está em curso no país um processo gradativo de vitimização letal da juventude, em que os mortos são jovens cada vez mais jovens. De fato, enquanto no começo da década de oitenta, o pico da taxa de homicídio se dava aos 25 anos, atualmente esse gira na ordem de 21 anos. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 25)

A violência que recai sobre a população pobre e negra na sociedade brasileira, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, faz parte de uma lógica que

⁷ Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1508862> Acesso em 18 de Junho de 2018.

estrutura o espaço urbano no capitalismo. Ela também reflete as expressões que o capitalismo periférico e dependente brasileiro abarca consigo. Nesse contexto vemos que toda essa gama de expressões da questão social, incide principalmente sobre a população negra e pobre que são as principais vítimas de violência letal e tem seus direitos fundamentais violados, o que é inerente a toda essa grande estrutura social da sociedade capitalista, que ao longo da sua existência têm criado mecanismos de controle e criminalização das classes populares

Por isso este tema deve ser discutido e atentado não só pelos profissionais que lidam diretamente com os rebatimentos das expressões da questão social, mas pela sociedade brasileira como um todo. Essa pauta tem motivado ações dos movimentos sociais que buscam denunciar as mortes sistemáticas de jovens negros nas favelas e territórios populares. Atores como as “Mães de Maio”⁸ e a “Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência”⁹ são cada vez mais fundamentais como forma de resistência à criminalização dos pobres. Desse modo, é imperativo que profissionais e militantes sociais que tenham compromisso com a garantia dos Direitos Humanos e com o combate às desigualdades sociais e raciais busquem contribuir e fortalecer essas iniciativas. Desse modo estarão concorrendo para a superação dessa ordem social que nos aproxima diariamente da barbárie social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de serviço social, 2).

⁸ Movimento criado por um conjunto de mães “Donas de Casa”, parentes, familiares e amigos de vítimas da violência letal do Estado de São Paulo e dos grupos de extermínio paramilitares ligados as forças policiais paulistanas. O Movimento se formou após o assassinato de 493 pessoas no mês de maio de 2016 destas mais de 400 eram jovens negros. O principal eixo de atuação são o acolhimento e a solidariedade entre familiares e amigos de vítimas do Estado; a denúncia sistemática dos casos e das situações de investigações e processos policiais.

⁹ Movimento social, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres, tem como eixo principal, acolher sobreviventes e familiares de vítimas de violência estatal, e militantes tanto populares como de direitos humanos.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Orgs). **Até o último Homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROS, Gilson. **Renda dos bairros cariocas segundo censo 2010**.

Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1508862>>.

Acesso em: 21 maio 2018.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

HOBBSBAWN, E. **A era das Revoluções**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado**.

Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy.pdf>>.

Acessado em: 21 maio 2018.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>.

Acessado em: 21 maio 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. - São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital: crítica da economia política**, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLIVIERA, Bruno José. **O fio da meada**: os direitos humanos na crise da sociedade moderna. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré 2017**. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/blog/publicacoes/boletim-direito-a-seguranca-publica-na-mare-2017/>>. Acesso em: 21 maio 2018.

TONIOLO, Charles de Souza e OLIVEIRA, Bruno José. “**Criminalização dos pobres no contexto de crise do capital**: reflexões sobre os seus rebatimentos no Serviço Social”. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs.) **Direitos Humanos e Serviço social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. p. 113-150. (Coletânea Nova de Serviço Social)